DA CONTINUIDADE EM PESQUISA POLÍTICA *

DAVID EASTON **

Continuidade da Pesquisa Política: Behaviorismo e Pós-Behaviorismo.

1. Behaviorismo, pós-behaviorismo 2. O lugar da ciência aplicada 3. Os valôres na ciência 4. As obrigações da profissão 5. A pertinência da pesquisa básica.

A praxe determina que, no encontro anual da Associação Americana de Ciência Política, o Presidente que termina o seu mandato faça um discurso sôbre algum assunto de sua própria escolha. Em setembro de 1969 aproveitei esta oportunidade para apresentar um trabalho: The New Revolution in Political Science. Nesse trabalho, procurei demonstrar que uma nova transformação está em marcha na ciência política americana, tentei descrever suas peculiaridades e perspectivas, tendo-a

* Tese apresentada ao VIIIº Congresso Mundial da AICP, em Munique. 1970. Êste trabalho apareceu como prefácio em parte, como epílogo em outra parte, em uma nova edição de *The Political System* (Nova Iorque, Knopf Publishers, 1953) publicada em 1970.

** Da Universidade de Chicago.

caracterizado como uma revolução pós-behaviorista. Procurei incentivar muitas das transformações que ocorriam.

Esta palestra foi então publicada na *American Political Science Review* (dezembro de 1969). Proponho agora uma pergunta no sentido de saber se, ao apoiar muitas das atuais transformações da ciência política americana, estou, de alguma forma, abandonando ou modificando fundamentalmente meus compromissos para com a revolução behaviorista com a qual minhas idéias e escritos anteriores estiveram associados. No presente trabalho, tentarei responder a esta pergunta comparando o que tinha a dizer no *The Political System* com meu discurso presidencial sôbre The New Revolution in Political Science.

1. Behaviorismo e pós-behaviorismo

Já há quase duas décadas desde *The Political System* surgiu. surgìu.

Antes de sua publicação, em 1953, só acidentalmente aplicava-se o conceito de sistema aos aspectos da sociedade que constituíam a área de interêsse da ciência política.

Desde essa época, êste conceito cresceu em popularidade. Por volta de 1955, formulei as principais diretrizes de minhas idéias numa abordagem empìricamente orientada em relação à análise da vida política, posteriormente publicado no meu artigo "An Aproach to the Analysis of Political System".[1]

Os novos rumos que esta conceituação parecia oferecer para a criação da teoria vieram a incentivar a melhor recepção de uma teoria de sistemas na disciplina.

Na década de 1970, a teoria objetiva encontrou um lugar seguro na ciência política. Neste respeito, saímos da estaca zero para uma posição bastante avançada em menos de uma geração, e a contínua elaboração da teoria objetiva ganhou vida e legitimidade próprias. É desnecessário dizer que, quando pela

[1] *9 World Politics* (1957), 383-400.

primeira vez comecei a procurar uma interpretação do que faltava à disciplina em 1950, dificilmente poderia ter imaginado a ocorrência de tão rápido e variado crescimento em menos de vinte anos.

Fazendo um retrospecto, podemos ver agora que *The Political System* foi uma resposta, depois da IIª Guerra Mundial, às mudanças fundamentais que estavam ocorrendo na ciência política mas que, naquela época, eram pouco reconhecíveis na sua verdadeira forma. Os primeiros sinais da batalha behaviorista já haviam sido observados, mas nem a natureza do conflito nem o seu desfecho eram ainda nítidos.

Neste estágio inicial e ambíguo da revolução behaviorista, *The Political System* esforçou-se por uma interpretação do que estava acontecendo e ofereceu sugestões que deram alguma contribuição para acelerar a transformação.

Argumentando pela necessidade de melhorar o grau de segurança do conhecimento político, *The Political System* contribuiu para as mudanças que então apenas se delineavam.

O grau de segurança, propus em *The Political System,* deve repousar, não no desenvolvimento de uma nova tecnologia de pesquisa isolada, mas no esfôrço consciente para elevar um componente da teoria política tradicional — a parte empírica — a uma posição primordial.

Por esta razão, o objetivo ostensivo do livro foi o de ajudar "numa pequena escala, a devolver à teoria seu lugar próprio e necessário" na ciência política (Prefácio).

Como se confirmou nos anos que se seguiram, êsse brado fêz mais do que incentivar o desenvolvimento da teoria empìricamente orientada.

Juntou-se com uma nova tecnologia de pesquisa, facilitando a aceitação de uma nova fase da ciência política, fase esta que é, atualmente, tão familiarmente conhecida como behaviorismo.

O fim da IIª Guerra Mundial é um ponto de referência para identificar o momento em que a revolução behaviorista tomou um rumo sério. No quarto de século que decorreu desde essa época, a ciência política sofreu profundas transformações.

O behaviorismo usufruiu do desenvolvimento de uma tecnologia cada vez mais complexa: desdobrou-se em uma variedade inesperada de teorias empìricamente orientadas.

Se os artigos da *American Political Science Review* indicam alguma coisa sôbre as transformações nas perspectivas e nas aspirações da disciplina, revelam, por outro lado, que a ciência política da década de 40 é difìcilmente reconhecível nas publicações dos anos 70.

A disciplina não foi unida na sua aceitação das inovações behavioristas, quer técnicas ou teóricas.

O descontentamento tem sido permanente, sobretudo entre aquêles que rejeitam a possibilidade do desenvolvimento constante de uma ciência da sociedade e da política.

Na década de 60, todavia, novos sinais de descontentamento começaram a ser percebidos. As vozes, desta vez, não vieram sòmente daqueles que atrasariam o relógio, no sentido da intuição tradicional e da não-metodologia. Estavam agora com outras companhias que viam deficiências no behaviorismo mas que procuravam, pela construção sôbre as bases behavioristas existentes, fornecer um apoio mais seguro e útil para a pesquisa política.

No início dos anos 70, a natureza das mudanças que êstes novos desafios ao behaviorismo incentivarão são, como até agora, vagamente distingüíveis.

O desfecho dêste movimento para a reforma da nossa disciplina é, no momento, certamente imprevisível. Mesmo assim, seu potencial pareceu-me ser inegável para a evolução contínua da ciência política como uma disciplina que deve, a exemplo das outras ciências, provar sua utilidade máxima para a sociedade.

Estas novas críticas dos objetivos, ambições e hipóteses da disciplina pareceram ser, na verdade, tão centrais para o crescimento contínuo da mesma que dediquei meu discurso presidencial, no encontro anual da Associação de Ciência Política Americana em Nova Iorque, em setembro de 1969, a um esfôrço para identificar e avaliar sua principal importância.

Da mesma forma que o próprio *The Political System*, êste discurso é uma resposta clara aos acontecimentos e transformações incipientes na disciplina e na sociedade, nesse final da década de 1960.

O tema dêste discurso é que, na verdade, os tempos mudaram e, com êle, a nossa imagem das tarefas da ciência política e dos cientistas políticos, isto é, da disciplina e da profissão. Não me parecia, portanto, prematuro dedicar atenção especial a esta nova transformação em cujo princípio nós nos baseamos, a fim de tentar compreender suas hipóteses e perspectivas. Nem parecia inapropriado dar-lhe um nome particular, a revolução pós-behavionista, de modo que talvez possamos identificar mais fàcilmente e incentivar maior autoconsciência na sua própria evolução contínua.

Alguns podem se opor a caracterizar êste nôvo movimento como uma revolução e argumentar que, caso houvesse alguma coisa, seria apenas uma mudança na ênfase. Até onde, de fato, isso corresponde à realidade, deve ser deixado para que a História o decida. Parece, sem dúvida, estar incentivando mudanças profundas no caráter da disciplina e isto é tudo que eu concluiria ao rotulá-lo uma revolução.

Mas, para evitar discussões sôbre proporção, seria igualmente aceitável falar da reforma pós-behaviorista.

O único ponto importante é que reconhecemos que, na medida em que caminhamos no decorrer da década de 70, novos e poderosos ventos de mudança estarão afetando nossa disciplina.

Se uma vez o behaviorismo indicou intenso desinterêsse pela pesquisa tradicional, o pós-behaviorismo é, êle próprio, um sinal de descontentamento crescente com relação a importantes aspectos da revolução. O behaviorismo procurou aprimorar o grau de segurança da explicação política.

Para assim fazê-lo, concentrou-se em novos métodos para a coleta, conferência e análise de dados e na elaboração de conceitos e estruturas teóricas para a identificação de áreas significativas de pesquisa. Sem negar a importância crucial destas

preocupações, muitos pós-behavioristas estão se desviando da problemática do método para questões incertas sôbre o assunto da matéria de pesquisa e da busca de interpretação para dúvidas sôbre os usos do conhecimento político. As prioridades para pesquisa estão sendo reafirmadas sem que o objetivos behavioristas sejam necessàriamente abandonados.

Se meu discurso presidencial deixa clara a existência e a natureza da transformação por que passa a nossa disciplina durante os anos 70, é claro que *The Political System* e êste discurso identificam dois pontos críticos ou linhas divisórias na Ciência Política dentro do último quarto de século. Mas, logo que *The Political System* foi além do mero esfôrço para descrever o que estava começando a mudar dentro da disciplina e procurou tratar das tarefas do dia, em meu discurso procuro fazer mais do que meramente identificar o início das novas mudanças. Nêle proponho os modos de ação que parecem determinantes, se desejamos começar a corresponder às demandas agora confiadas às ciências sociais como um todo, por um mundo num estado de crise permanente, cujo desfecho é uma grande incógnita.

Um leitor de *The Political System* e de The New Revolution in Political Science pode apropriadamente perguntar se, e até que ponto, modifiquei meu ponto de vista ou conclusões, especialmente sôbre o método científico e sua relação com o desenvolvimento da ciência política na última metade do século.

Existem algumas diferenças entre os que recomendei para os anos 50 e o que estou propondo agora para a década de 70? Caso existam, como poderia justificá-las?

Podem ser interpretadas como revelando, em algum sentido, descontentamento em relação aos rigorosos métodos da ciência para o estudo de política, isto é, com respeito à revolução behaviorista? O tom pessoal destas questões devia permitir esconder implicações mais amplas dêste trabalho. As questões representam apenas um caminho conveniente de investigar mais profundamente o relacionamento das mudanças pós-behavioristas com a revolução behaviorista anterior e, por conseguinte,

chegar a uma melhor compreensão de um nôvo movimento que parece estar a caminho na ciência política americana de hoje.

2. O lugar da ciência aplicada

Numa área, meu ponto de vista se transformou radicalmente. Minhas concepções das prioridades da ciência aplicada na nossa disciplina e nas ciências sociais, como um todo, foram nìtidamente modificadas para levar em consideração as necessidades das condições históricas em transformação. Esta transformação precisa ser explicada.

Como *The Political System* foi escrito pouco após a II.ª Guerra Mundial, as tarefas com que se defrontava a ciência política eram consideràvelmente diferentes daquelas com que a disciplina se defronta hoje em dia. A ciência política estava imersa num pós-guerra no qual as tarefas da reconstrução européia, o desenvolvimento das revoluções coloniais, a Guerra Fria, a doméstica, reajustamentos econômicos e sociais, tudo isso solicitava uma melhor compreensão dêsses processos sociais que estavam esmagando a humanidade.

O homem enfrentou a natureza penetrando no fundo da matéria e libertando suas violentas energias. Teve ainda que se aproximar de uma interpretação das fôrças que governam sua própria ordem social.

Todavia, mesmo diante da ameaça da guerra atômica e do pessimismo que esta tinha começado a engendrar, parece que houve tempo suficiente no sentido de desenvolver técnicas e teorias para pesquisa sôbre a sociedade.

Podíamos esperar compreender melhor as fontes de conflito humano e da natureza dessas fôrças políticas internas que estavam dominando o nosso destino. Nos Estados Unidos, o rápido desenvolvimento econômico da segunda Revolução Industrial, depois da II.ª Guerra Mundial, trouxe consigo um sentido de bem-estar interno.

As revoluções coloniais com seus grandes ideais, ambições ilimitadas e crescentes sucessos pareciam anunciar uma época de esperança para os povos estrangeiros, também.

Com o objetivo de encadear estas fôrças para fins pacíficos, parecia essencial o estabelecimento de uma entidade mais rica, em grau de segurança para as ciências sociais. Isto forneceria uma base sólida sôbre a qual resoluções aceitáveis poderiam ser procuradas para os constantes perigos do conflito internacional, necessidades políticas permanentes internas, e os problemas de desenvolvimento político nas novas nações.

Para ser preciso, mesmo então não estávamos livres de um sentido de urgência.

A guerra da Coréia, as lutas de independência nas áreas condições que não podiam ser ignoradas. Por quase uma dérigo da guerra atômica estavam perturbando profundamente as condições que não podiam ser ignoradas: Por quase uma década o macartismo espalhou seus males não só através da vida acadêmica como também do sistema político, e as ciências sociais não estavam unidas para responder a esta ameaça transparente à sua liberdade de investigação. Para a maioria dos cientistas sociais, todavia, mesmo estas circunstâncias não eram tão desesperadoras que êles não pudessem entrever uma recompensa futura potencial, tanto para a pesquisa como para a humanidade.

Sòmente uma minoria mais pessimista interpretou os sinais dos anos 50 como indicação evidente de uma crise de âmbito mundial mais profunda. Como isto se produziu, podemos ver agora que essa minoria demonstrou grande sabedoria, mesmo porque ninguém podia prever o acúmulo de questões críticas que hoje se apresentam ao mundo.

Sob preponderantes interpretações das condições históricas, todavia, o tempo parecia estar disponível.

Era sensato concluir que, se a ciência política devia dar alguma contribuição para a humanidade, seria primeiro necessário submeter uma grande parte dos seus esforços para a procura de conhecimento básico e digno de crédito. O método cintífico estêve batendo à porta da disciplina bem antes da II.ª Guerra Mundial. Parecia imperativo, então, abrir as portas e dar boas vindas às perspectivas e tecnologia da ciência.

Por conseguinte, devemos esperar melhorar o grau de segurança do nosso conhecimento.

Em *The Political System,* interpretei a ciência como a substituição da teoria empìricamente orientada pela intuição por fatos não relacionados, coletados impressionìsticamente. O método científico também pedia pelo reconhecimento dos limites dos julgamentos feitos em seu nome.

Êstes podiam lidar com a afirmação de fatos, não com a afirmação de valor. O nível de desenvolvimento da pesquisa política, na época, requeria êsse tipo de declaração explícita sôbre algumas matérias que, mesmo hoje, ainda não são tidas como aceitas. Ademais, em *The Political System,* interpretei a confiança da compreensão como sendo objetivo primordial da ciência, como um passo anterior à aplicação.

Vi a confiança como o produto de dois fatôres igualmente importantes: a) atenção deliberada e intensiva para o crescimento da teoria casual para dar direção e significado à pesquisa empírica rigorosa; b) elaboração igualmente deliberada de teoria moral como um meio de esclarecer hipóteses éticas que dão ênfase a essa pesquisa.

Durante os anos 40 e no início dos 50 a disciplina carecia de pesquisas básicas dêsse tipo. Tinha um excedente de esforços para aplicar conhecimentos não testados e incertos aos problema do dia. Tão críticas que as questões políticas depois da IIª Guerra Mundial pudessem ser para as gerações envolvidas da época, ainda parecia haver muito tempo de modo que fôsse possível, sem grande esfôrço intelectual, redistribuir uma parcela maior dos nossos recursos para a acumulação de conhecimento idôneo.

Estaríamos, então, em melhores condições de confiar nossos conselhos e prognósticos.

Na década de 70, a ciência política está nìtidamente diante de circunstâncias diferentes, tanto no que diz respeito à disciplina como à sociedade. Nos últimos vinte e cinco anos, uma considerável parte do conhecimento idôneo foi adquirido; a revolução não tinha sido em vão. Um apreciável volume de

teoricização empìricamente orientada emergira. Ademais, como meu discurso presidencial acentua, o quadro social foi fundamentalmente transformado.

Mesmo se descontarmos, a rigor, a tendência de cada época de levantar suas dificuldades como sendo piores do que as de outra, podemos dizer seguramente que crises de magnitudes inimagináveis surgiram no passado.

As pressões para resolver êsses problemas impedem de esperar que um conhecimento básico adequado seja acumulado para assegurar-nos que os remédios que propomos ajudarão, sem dúvida, a encontrar nossas necessidades.

Em face dessas novas e imprevistas circunstâncias pareceu-me que a Ciência Política não podia se omitir e esperar que, de alguma forma, a humanidade alcançasse seus objetivos de qualquer jeito, enquanto que nós nos apegássemos exclusivamente à nossa carreira política e pesquisa básica. Mesmo com a aparência de teoricização empírica e de um considerável cabedal de conhecimento político bem estabelecido, nossa disciplina não teve sucesso na acumulação para as necessidades dos tempos.

Falhou no sentido de identificar as mais importantes questões, na medida em que emergiam durante os anos 60. O conhecimento que conscienciosamente adquirimos foi lento ao ser pôsto em uso, e há mesmo dúvidas a respeito de sua reai utilidade.

O que talvez seja pior, não parecíamos estar muito inquietos tanto a respeito desta lentidão como acêrca da dúvida quanto à sua pertinência para as primordiais preocupações de ordem prática.

Em resumo, parece agora que o que aceitei virtualmente como absoluto foi, de fato, sòmente uma característica da ciência històricamente condicionada. Neste livro, pareceu-me que, no momento em que a ciência está tão subdesenvolvida como a ciência política estava na época, faria bem refrear seu dedesejo para aplicar suas descobertas e interpretações. Um procedimento oposto desorientaria os *policy makers* e poria

por terra os objetivos mais importantes da disciplina, isto é, sua busca pela compreensão básica. Mesmo assim, reconheci que nenhuma ciência pode ou deveria procurar evitar o uso do seu conhecimento para finalidades correntes; pareceu apropriado, à luz das necessidades da disciplina, lutar pela diversificação dos nossos recursos e pela maior atenção para o aprimoramento da fidedignidade do nosso conhecimento.

Essa imagem do relacionamento entre ciência pura e aplicada pareceu justificada, por essa vez, no início da década de 50. Para os anos 70, todavia, como saliento no meu discurso presidencial, um bem vital — o tempo — está muito escasso.

O leitor de The New Revolution in Political Science já descobriu que esta nova e imprevista circunstância compeliu-me agora a revisar minha concepção das prioridades das tarefas da ciência, incluindo nossa disciplina. Vejo agora como um imperativo que, sem fugir da pesquisa pura como um objetivo primordial e contínuo, nós nos organizamos para a aplicação de não importa qual conhecimento, embora possamos nos sentir inseguros sôbre sua validade. Felizmente, nas duas últimas décadas, acrescentamos muito ao nosso cabedal de conhecimentos.

Nosso conselho aos *Policy makers* deveria ser algo mais fidedigno do que no passado.

De acôrdo com essa nova ênfase, todos os problemas associados com a aplicação de conhecimento, dos quais abordei alguns em meu discurso, precisarão receber atenção mais especial e constante. Um dia, quando o mundo tiver mais tempo para si próprio, com a modesta ajuda dêstes esforços da ciência política, estaremos habilitados a redistribuir uma parcela maior dos nossos esforços para a ciência pura.

Aquêles que se dedicam à pesquisa básica estarão novamente habilitados a seguir suas vocações, com pleno vigor.

Para alguns, esta posição pode ser *desafiada* como uma *concessão* desnecessária e indesejável, o que é, por vêzes, discutido como pressão de uma nova esquerda populista para a destruição da ciência abstrata. Se tivermos que aceitar esta

interpretação deveríamos estar inclinados a manter-nos firmes, e a continuar no caminho da pesquisa básica, sem temer pelas conseqüências imediatas.

Preferiria, entretanto, interpretar minha posição como uma expressão de ansiedade pelo conhecimento das complexas realidades da época atual que se acumulam demasiadamente. Se adotarmos êste ponto de vista, precisaremos considerar a revisão dos nossos conceitos da distribuição de recursos. Isto é o que tenho feito, certo da crença de que, no futuro, quando a presente crise passar, uma nova balança será restaurada, mais hospitaleira para um compromisso sem restrições no sentido da pesquisa básica, sem levar em conta considerações imediatas de uso prático.

Para alguns, minha posição parecia também colocar grandes riscos no caminho da ciência básica dentro da universidade.

Em passado recente, pelo menos desde o crescimento da pesquisa graduada nas universidades germânicas do século XIX, as universidades têm sido o principal centro da ciência fundamental. Mas, nas universidades americanas, particularmente, as ciências aplicadas cresceram exuberantemente durante o século XX, culminando na multidiversidade do serviço orientado da presente geração. A tensão prevalece entre as escolas profissionais (direito, medicina, emprêsas, educação, engenharia, administração, serviço social, biblioteconomia e outros) e as ciências básicas.

Iria a sugestão de aumentar temporàriamente a importância específica da pesquisa aplicada de hoje resolver essa tensão num sentido desfavorável à ciência básica? Iria essa estratégia finalmente secar as fontes dessas idéias fundamentais das quais a pesquisa aplicada deve florescer? Deveriam as escolas aplicadas finalmente tragar as universidades? Uma política a curto prazo de atenção crescente a problemas aplicados deveria colocar em marcha fôrças a longo prazo na forma de interêsses acadêmicos que seriam, mais tarde, quase impossíveis de desalojar.

A estratégia que estou propondo traz, sem dúvida, riscos dêsse tipo.

Todavia, êsses riscos não necessitam ser tão perigosos quanto aparentam. Em primeiro lugar, há alguma evidência imprevista como possa inicialmente ser, que na proporção em que os recursos para a ciência aplicada crescem, o mesmo ocorre com aquêles para a pesquisa básica. Foi sugerido que "a difusão dos usos da ciência criou uma base muito ampla para a pesquisa *pura*, cujo objetivo é o de aumentar o conhecimento, sem consideração dos seus usos potenciais. Como os usos práticos, que apóiam a ciência por sua causa própria, podem ser observados por meio de uma comparação das estatísticas de despesas em pesquisa, em diferentes países, essas estatísticas provam que a ciência aplicada, empresarial, que estendeu a pesquisa e o treinamento para campos novos e relativamente arriscados, em última análise não reduziu a parcela que tocava à pesquisa de base dentro dos recursos totais da sociedade mas, ao contrário, parece ocorrer conjuntamente com um aumento nessa parcela." [2] Maior atenção às aplicações da ciência talvez alerte a sociedade sôbre a necessidade de maiores recursos na pesquisa de base. Na verdade, a experiência da ciência de hoje demonstra como é difícil, muitas vêzes, distinguir os problemas de base dos problemas aplicados. No final, uma preocupação renovada quanto à aplicação da ciência poderá muito bem constituir exatamente o estímulo de que necessita a pesquisa de base, num momento em que as críticas a seu bizantinismo tornam-se tão comuns.

Em segundo lugar, na medida em que a ênfase dada aos problemas aplicados não põe em risco a ciência pura, êsse fato deveria atrair nossa atenção sôbre a necessidade de reformar estruturalmente a universidade, de modo a evitar que sua finalidade histórica — alargar os horizontes da ciência de base — não seja ameaçada por nossas evidentes necessidades imediatas. Tal reforma estrutural é possível, mas uma especifi-

[2] BEN DAVID, J. The Universities and the Growth of Science in Germany and the United States, 7 *Minerva* (1968-9) 1-36, p. 29.

cação de sua natureza não caberia no espaço dêste trabalho. No entanto, pode-se sucintamente formular o problema dizendo que a universidade deveria ser reorganizada de modo a estabelecer centros de ciências aplicadas, com legitimidade própria. Medidas estruturais teriam de ser tomadas para impedir que estas instituições ponham em perigo a parte da universidade dedicada à ciência pura. As fronteiras entre os centros de estudo científico puro, aplicado e prático teriam de ser permeáveis, de modo que cada um pudesse aproveitar os conhecimentos dos outros, através dos professôres e dos alunos, sem obstáculos às sua atividades separadas. Os arranjos administrativos e orçamentários teriam de ser suficientemente flexíveis para permitir uma redistribuição de recursos humanos, administrativos e financeiros, conforme as circunstâncias.

Não basta, portanto, simplesmente argüir que devemos reordenar nossas prioridades de pesquisa de maneira a satisfazer as pressões justificáveis em favor de maior atenção da parte das ciências sociais aos problemas do presente. Precisamos unir nossas propostas de novas ênfases a uma reestrutura da universidade, sob pena de destruir a ciência pura. Por outro lado, se intransigentemente resistirmos a todos os esforços de modificar nossos objetivos nesta crise, e se nos recusarmos a adaptar a própria estrutura da universidade a êsses objetivos, poderemos chegar ao ponto de causar danos irreparáveis à universidade como centro de cultura. Não é inconcebível que os cientistas interessados em pesquisas de base vejam-se forçados a abandonar a universidade à procura de institutos de pesquisa particulares ou públicos, uma tendência já estabelecida na Europa, mas ainda inaceitável nos Estados Unidos. As universidades poderiam passar, então, a ser simples escolas técnicas glorificadas.

Em suma, minha preocupação central mudou entre a ciência pura e a ciência aplicada, levando em conta as circunstâncias. Em têrmos gerais, proponho, agora, que devemos mudar nossa imagem convencional da ciência e reconhecer o fato de

que não podemos, de antemão, atribuir um pêso final na partilha de tempo e recursos entre a pesquisa pura e aplicada. Mesmo se, no passado, críamos profundamente que a ciência deve reservar seu julgamento até o momento em que tenha algo mais a dizer que não seja simples senso-comum, parece agora evidente que as pressões oriundas da sociedade não nos oferecem outra alternativa. O equilíbrio de todo momento terá que depender das circunstâncias históricas, mais do que de princípios elevados ou absolutos que queiramos adotar como lei eterna. Esta nova consciência dos fatos tem conseqüências cruciais para a estrutura da universidade.

3. Os valôres na ciência

Da discussão anterior emergem indicações que nossa concepção das obrigações da ciência e da sua distribuição de atenção e recurso repousa, em última análise, sôbre um conjunto de juízos morais sôbre o que desejamos que seja ou faça a ciência. Esta imagem do que a ciência deve ser também está relacionada com pressões que variam no espaço e no tempo.

Estas inferências levam a outra questão na comparação de minhas idéias em *The Political System* com meu discurso presidencial. As diferenças entre os dois provém de uma imagem fundamentalmente revisada da natureza da ciência, especialmente no que toca aos valôres? Uma leitura atenta de meu discurso revelará que não houve mudança radical. O que fiz foi ampliar a aplicação da minha posição em *The Political System,* e isto poderia fàcilmente ser confundido com uma mudança de princípio. Portanto, seria bom reexaminar minha concepção, especialmente no que toca aos valôres.

Esta análise terá significado maior do que um simples reflexo de minhas idéias pessoais. Mais do que isso, minha concepção de ciência, mantida há muito tempo, oferece uma

[3] 9 *World Politics* (1957), 383-400

solução inortodoxa para o problema dos valôres, o problema moral que continua a perturbar a ciência social. Essa discussão ajudará a explicar, em primeiro lugar, minha insistência contínua sôbre o papel criador da ciência política na formação do conceito do que constitui a boa vida política. Em segundo lugar, explicará por quê, mesmo em *The Political System*, eu nunca pude aceitar uma interpretação dos valôres morais na ciência que se assemelhasse a uma posição positivista radical.

Sob a influência de uma interpretação estrita do positivismo e dos ensinamentos de Max Weber, tem-se feito a suposição, nas ciências sociais, de que a sala de aula e a universidade não são lugares para uma pregação extensiva em favor de um determinado ponto de vista ético ou de um juízo moral sôbre o mundo. É permitido examinar juízos morais, tentar explicá-los, explicitar suas conseqüências, esclarecê-los, até mesmo afirmá-los de maneira a não enganar os outros quanto a nossa posição. Mas como os preceitos científicos são demonstráveis com prova, enquanto que os juízes morais dependem da preferência de cada um, estas duas categorias de preceitos e o raciocínio a elas ligado são lògicamente separados e devem ser mantidos separados. Os preceitos científicos são determináveis intersubjetivamente com base na prova, e são portanto válidos dentro da sala de aula; os preceitos morais são exortações que se relacionam com preferências e, portanto, são apropriados sòmente no púlpito ou na plataforma política. Assim são os argumentos de Max Weber em seus ensaios famosos, *A vocação científica*, *A vocação política* e *O significado da neutralidade ética na sociologia e na economia*.

A própria imagem da relação entre a sala de aula e as posições morais e empíricas não passa, ela mesma, naturalmente, de uma proposição moral. Com base na conclusão de que ciência e moral são lògicamente heterogêneas, não se pode derivar uma injunção moral de que as proposições sôbre valôres não devem ser formuladas da mesma plataforma sôbre a qual se formulam juízos empíricos. Max Weber deixou pouca dú-

vida a êste respeito. É êle o primeiro a reconhecer que suas conclusões não são defensáveis ou sujeitas a negação exceto com base numa preferência moral.

A posição de Weber criou uma situação anômala. Se êle continuar a pregar pela exclusão total das discussões morais da universidade, como o faz Weber, não é possível lògicamente admitir que o cientista social debata êste conceito de ciência. Tais debates não podem fazer parte da discussão científica, pois, conforme o próprio Weber reconhece, êles devem repousar sôbre diversas posições morais, e estas estão situadas fora do âmbito da ciência. Acabamos então na estranha situação de ter que procurar um fôro de discussão fora da universidade para resolver um problema central ao futuro da própria ciência: o conceito que ela faz de si mesma. Fica, assim, claro o problema gerado por uma filosofia da ciência e da moral que impeça o cientista de debater na universidade em favor de um outro conceito de ciência.

De fato, o conflito é tão irreconciliável que o próprio Weber não pôde obedecer aos preceitos que ditava, um fato que devia ter-nos alertado há muito tempo para as dificuldades inerentes na aceitação do conceito weberiano de ciência, no que toca à construção empírica de valôres morais. Weber argumentou constantemente, dentro da universidade, em favor das próprias idéias, o que significa que êle participou da própria controvérsia ética que julgava fora de lugar na universidade. Weber não compreendeu que seus preceitos sòmente são favoráveis lògicamente sob uma condição: que êles se apliquem a tôdas as questões éticas, menos a si próprios. Mas uma vez que se permite tal exceção, o preceito perde fôrça lógica. Abre-se o precedente para outras exceções e fica difícil uma regra geral. A formulação weberiana traz em si, portanto, um dilema para o qual não há saída lógica.

Em *The Political System* evitei seguir à risca os preceitos de Weber, e não excluí totalmente o debate moral da investigação científica. Na época, no entanto, não me parecia muito importante chamar atenção para as diferenças ou justificá-las

Weber ainda não era autoridade na ciência política americana e seus escritos ainda pouco lidos. Assim mesmo, o leitor recordará que em *The Political System*, depois de concordar com Weber sôbre a relação entre ciência e moral, argumentei em favor de irmos além da simples afirmação weberiana dos valôres para esclarecimento e análise. De fato, procurei reconstruir a imagem da ciência com o fim de justificar a inclusão do discurso moral criativo dentro dos confins da própria afinidade científica e não sòmente da universidade, aceitando ao mesmo tempo a heterogeneidade lógica das questões de fato e de valor.

Minhas razões para tal modificação eram que eu considerava necessária a investigação construtiva dos valôres, se é que queríamos revelar completamente as premissas éticas subjacentes a tôda pesquisa empírica, inclusive à teoria causal. Sòmente dessa forma poder-se-ia explorar a contribuição das pressuposições éticas ao êrro, à distorção, à omissão e assim por diante, no momento da formulação e identificação dos problemas a pesquisar, assim como na coleta, na análise e na interpretação de dados. No interêsse da pesquisa, parecia necessário que o cientista contemplasse também seus próprios compromissos morais, conscientes ou não.

A inclusão, na atividade científica, de uma formulação moral clara como subsídio à própria pesquisa, não violava a letra do preceito de Weber, o qual permitia o esclarecimento das premissas morais. Weber condenou sòmente a propaganda de causa, a arenga política, ou a retórica do profeta. Minha proposta apenas aceitava a apresentação geral de uma posição ética como parte do discurso científico; ela continuava a excluir tôda defesa exortativa dessa posição.

Mas esta proposta não poderia deixar de violar o espírito da posição weberiana. O esclarecimento de uma posição ética era, para Weber, uma tarefa muito mais simples, a qual requeria sòmente uma declaração formal de fé. Esta declaração sòmente precisava da elaboração suficiente para informar sôbre os valôres do cientista. Nada em Weber leva a crer que

o cientista social devesse ir ao ponto de formular aprofundadamente sua posição moral, o que necessàriamente implica uma imagem de outras possibilidades políticas e pressupõe, pelo menos implìcitamente, uma posição quanto ao mérito relativo dessas possibilidades. Mantém-se, assim, a linha divisória entre a disputa ética e uma explicação moral através da pesquisa ética, como propus em *The Political System.* Mas a linha é bem mais tênue do que no caso de Weber.

Durante muito tempo, êste aspecto de *The Political System* não atraiu muita atenção, mesmo se ocupou muitas páginas. Tampouco tive eu a oportunidade de fazer comentários sôbre êsse assunto, em anos posteriores. A disciplina não parecia estar preparada para considerar sèriamente a revisão do papel da ética em nosso conceito da ciência, nem mesmo uma revisão perfeitamente enquadrada na ciência empírica. Isto talvez tenha sido uma reação defensiva contra os militantes que pregavam a disputa moral como substituto da averiguação científica na análise política rigorosa.

O desconfôrto causado pelo desafio à ciência, num momento em que a ciência estava ainda lutando para obter legitimidade na pesquisa política, tendeu a suprimir uma consideração mais calma da relação entre os valôres morais e o próprio desenvolvimento de uma ciência rigorosa. Ademais, como já mencionei, devido à conjuntura durante a década dos cinqüenta, parecia haver motivo para dar maior prioridade ao desenvolvimento de um entendimento empírico básico e de uma teoria causal. Hoje, porém, aquilo que era um tema secundário foi elevado pelo passar dos anos a uma posição de paridade com a teoria empírica. Por isso, em meu discurso presidencial, aproveitei a nova conjuntura para reviver meu apêlo em favor da investigação moral, fundado sôbre os mesmos argumentos propostos em *The Political System.* Mas chegado ali, eu já estava também disposto a ir mais além, e a levar em conta as circunstâncias da década dos sessenta. Precisamos hoje escapar dos limites impostos à pesquisa pela adoção in-

consciente das premissas morais e políticas geralmente aceitas. Além disso, conforme digo em meu discurso presidencial, a ciência hoje em dia traz consigo maiores responsabilidades, e leva a uma nova concepção do papel do cientista político profissional. Hoje o concebemos como estando mais ìntimamente ligado à aplicação de seus conhecimentos aos problemas do dia. Se esta nova concepção fôr aceita, ela acarretará também a obrigação paralela de cogitar, no sentido mais amplo, sôbre a direção que poderia tomar tal compromisso social.

Se quisermos que a ciência social imponha respeito, não bastará que o cientista social procure deixar uma marca em casos específicos, tais como as tensões raciais, a poluição, a guerra ou a fome. Sua atividade será válida sòmente se fôr ligadas a concepções mais amplas das várias formas de sistemas políticos possíveis, sistemas em que tais oclusões teriam maior possibilidade de aceitação ou com os quais poderiam melhor coadunar-se. A aceitação consciente do nôvo papel do cientista político deveria levá-lo a recusar-se a aceitar automàticamente as premissas sociais ou morais prevalentes sôbre o que é bom ou possível. O cientista só pode investigar estas premissas convenientemente se dedicar-se à contemplação moral criativa que sèriamente considera novas espécies de arranjos institucionais no sistema político, um pouco como os grandes cientistas políticos de antanho (que chamamos hoje filósofos). Isto está implícito na nova imagem do papel do cientista político. Aquêle que tiver o melhor entendimento da maneira como se comporta o homem polìticamente, e de como funciona um sistema político, estará nas melhores condições de propor novos arranjos políticos capazes de evitar problemas identificáveis criados pelos antigos.

Esta imagem ampliada das responsabilidades da ciência política relativamente à moral pode ser fàcilmente mal entendida. Mas podemos evitar êsse risco se prestarmos atenção ao que nossa posição exclui. Por exemplo, ela não deve ser interpretada como prescrição para o retôrno à especulação in-

tuitiva à maneira antiga. Não temos a mínima intenção de encorajar aqui a antimetodologia do classicismo político contemporâneo, com seu antagonismo à ciência moderna. O cientista pode adotar um interêsse racional na construção e na aplicação de valôres morais, sem negar a validade da ciência e sem regredir à análise impressionística como substituto da pesquisa rigorosa.

Tampouco proponho transformar a sala de aula em fôro de propaganda para causas especiais. Isto seria criar uma idéia de ciência que não se distingue da política. Seria reviver as mesmas condições que politizaram a universidade alemã no comêço do século, e contra as quais Weber defendeu a ciência pura. Mas entre a propaganda política aberta e a simples clarificação de premissas morais (ainda raramente tentada pelos cientistas sociais, infelizmente) há vastas possibilidades de formulações criadoras de novos arranjos políticos, sua consideração à luz do que sabemos sôbre o comportamento humano e seu potencial, e seu uso como critério para avaliar o valor da pesquisa, pura ou aplicada. À medida que a ciência política se enfronha na pesquisa pura, necessitamos cada vez mais dessa exploração em profundidade de nossas premissas morais, de modo a explorar a relação entre a moral e a natureza de nossa pesquisa. À medida que nos encaminharmos na ciência aplicada, só poderemos compreender as conseqüências de determinadas prescrições políticas no contexto de nossa filosofia política. Uma ciência adequada necessitaria portanto êste engajamento da pesquisa moral criadora.

Não proponho, naturalmente, que todo o estudioso deva ao mesmo tempo propor sempre concepções diferentes da boa vida política, ou mesmo que todos os cientistas devam estar preparados a defender posições morais totalmente elaboradas. A divisão de trabalho que contribui para o crescimento da ciência aplica-se igualmente neste caso. Alguns cientistas poderão ainda preferir a procura do entendimento básico e da explicação de fenômenos empíricos. Mas outros, interessados nas pressuposições morais que regem a pesquisa ou a aplica-

ção dos conhecimentos que possuímos, devem receber acolhida e respeito dentro da comunidade científica para especular sôbre soluções alternativas, no contexto mais amplo, para justificá-las à luz de concepções de novas ordens políticas, e para usar seus conhecimentos com o fim de dar forma a estas novas ordens conforme o que sabemos do comportamento político.

A formulação de novas perspectivas morais como base de pesquisa não pode e não deve ser o dever exclusivamente de filósofos divorciados dos conhecimentos empíricos especiais das ciências sociais, ou exclusivamente de polêmicos fora da universidade, ou de homem de estado. Cada um dêstes contribui com um ponto de vista especial e um interêsse na criação de novas filosofias políticas. Mas o estudioso da política que cultiva um conhecimento especial e preciso dos limites do comportamento humano, desenvolve um entendimento próprio do que é possível ou desejável. Dêsse ponto de vista ético, êle tem uma obrigação especial de participar ativamente na construção de novas alternativas políticas e de discuti-las em uma análise racional dentro do mesmo contexto pedagógico no qual êle cumpre suas outras obrigações como cientista social. Assim a ciência social poderá cumprir sua obrigação de explorar plenamente as bases morais de sua própria pesquisa.

Resulta então que, embora continue firme em minha convicção básica, expressa em *The Political System,* sôbre a validade de um interêsse criador na construção de valôres dentro da ciência política, esta convicção também inclui agora a preocupação que a ciência social deve demonstrar pela aplicação imediata de seus conhecimentos. Em meu discurso, tracei uma imagem ampliada da obrigação do cientista social relativamente àquela que prevalecia nos anos cinqüenta e sessenta. Como tôda concepção de ciência, esta imagem baseia-se sôbre um conjunto de premissas morais. Ela tenta relacionar mais intimamente nossa concepção do papel da ciência com as necessidades hodiernas, sem, no entanto, abandonar a definição histórica da ciência como a busca de conhecimentos com base empírica.

4. As obrigações da profissão

Da mesma forma que necessitamos reconsiderar nossa concepção da disciplina como ciência, sugiro também em meu discurso que necessitamos modificar nossa concepção de nós mesmos como profissionais. Embora esta idéia seja nova, na realidade ela também representa simplesmente uma extensão de uma posição moral já tomada em *The Political System*. Ela também decorre lògicamente de minha reavaliação do papel da ciência aplicada em nossa disciplina. Vai muito pouco caminho entre a sugestão que devemos aplicar nossos conhecimentos especializados às questões políticas do dia, dentro da sala de aula, e a sugestão que deveríamos levar essa especialização ao próprio mercado político.

Aqui abordo um assunto que parecia requerer pouca atenção em 1950. Quando escrevi *The Political System* havia pouco favor e pouca consideração da idéia de dar aos cientistas políticos um papel político ativo. O contrário acontecia. A relutância inicial, através do país, de combater a ameaça à liberdade que representava o macartismo, levou muitos estudiosos apreensivos a adotar uma estratégia intuitiva de retraimento e silêncio.

Por outro lado, não sugiro que os cientistas políticos, mesmo aquêles que se viram forçados e retrair-se, eram necessàriamente neutros em política durante a década dos cinqüenta. Em *The Political System* tentei demonstrar que a ciência política se havia caracterizado por uma tendência a aceitar sem críticas os arranjos políticos vigentes. Nos Estados Unidos, o cientista político é tradicionalmente condicionado à disciplina, com atitudes favoráveis ao regime tal qual é. Mais do que no caso das outras disciplinas, o assunto principal da pesquisa política, até há pouco tempo, eram as instituições e cargos políticos. Era compreensível que a própria ciência política tendesse a interpretar os processos políticos a partir da perspectiva oficial, com os objetivos oficiais em mira. Serviços de consultoria ao govêrno eram aceitos como conseqüência na-

tural desta relação especial. Esta ligação estreita entre o govêrno e a ciência política, como fonte de dados e como objeto de serviço, tendia a deixar os profissionais na posição de críticos benevolentes da política nacional e de suas premissas, e muitas vêzes na posição de consultores neutros prontos a servir qualquer mestre. Um conjunto de normas compatíveis com êstes papéis estancava as energias críticas e os recursos intelectuais da profissão.

Dessa maneira, ficou a ciência política protegida das pressões e esforços inerentes ao engajamento político. A profissão estava livre para consagrar-se exclusivamente à busca de novos conhecimentos. Os estudiosos da política podiam satisfazer todo anseio de pôr em prática seus conhecimentos através de seu papel de conselheiros dóceis do govêrno. Esta norma de comportamento profissional continua a ser tão aceita ainda hoje que muitos membros da profissão ficariam surprêsos, senão exasperados, de descobrir que alguém levanta dúvida sôbre ela. É uma posição profissional confortável, pois libera o estudioso para fazer o que sabe fazer melhor, isto é, a pesquisa, e para supri-la no mercado a todo comprador idôneo. Assim não precisamos saber as finalidades para as quais serve nosso conhecimento.

Em meu discurso presidencial, pus em forte dúvida esta concepção do nosso papel como cientistas sociais de profissão. Concluí que não podemos mais permanecer como simples consultores — coisa de que dispõem os governos a tôda hora para a realização de seus objetivos — nem como cordiais companheiros da burocracia. Em tempos passados, e no interêsse de um objetivo maior — a busca de conhecimentos de base — poderia ter havido uma racionalização fácil para esta posição. Hoje, porém, a conjuntura histórica é bem outra, e com ela deve mudar nossa concepção do papel do cientista social.

Em meu discurso, com efeito, exponho o argumento de que a situação atual revela quanto o estudioso precisaria viver em um mundo de fantasia para poder continuar a crer que

é possível proteger a pureza de sua vocação e ciência sem indagar para que finalidades são usadas as suas descobertas ou sem usar seus conhecimentos conscientemente no fôro público. Pelo contrário, pode bem acontecer que, retirando-se da política ativa, êle esteja apressando a chegada do dia em que não mais será livre nem para fazer sua pesquisa de base, conforme sua própria definição, nem para continuar a desenvolver seus conhecimentos. A ameaça que as crises do presente representam para a humanidade são ameaças à ciência política também.

A fissão atômica transformou radicalmente o conceito que o cientista natural tinha de si próprio. Depois de Hiroxima, o cientista natural entrou de cheio na atividade política como grupo de pressão militante, favorecendo a adoção de linha de conduta política essencial para evitar guerra atômica, conforme sabia o cientista graças à sua especialização. Para as ciências sociais, as crises nacionais e internacionais das décadas de sessenta servem como se fôsse a fissão atômica, despertando sua consciência social. Pela primeira vez no mundo moderno, essas condições críticas começam a despertar na ciência social um senso mais amplo e mais profundo de sua própria responsabilidade política. Estas crises trazem consigo a pergunta se a especialização do cientista social não acarreta a obrigação moral de pronunciar-se, não sòmente nos círculos fechados do govêrno, mas da plataforma pública também.

Minha concepção nova das obrigações sociais da ciência política é, portanto, um produto da urgência atual. Os tempos novos levaram-me a ampliar minhas idéias e a propor, em meu discurso, que as exigências dos dias que correm forçam-nos a revisar nossas concepções do estudioso como intelectual e a fundi-las com o papel histórico do intelectual como defensor dos valôres humanos. Como êstes valôres estão ameaçados pelos acontecimentos, é necessário reordenar nossos valôres de cientistas. Para o cientista político profissional, isto significa que êle deve dedicar parte do seu tempo a um interêsse ativo e crítico na política contemporânea.

5. A importância da pesquisa de base

Em *The Political System*, enfatizei os méritos da teoria empírica como representando um conjunto de marcos diretivos independentes para a pesquisa de base. Em meu discurso presidencial continuo a defender a pesquisa de base e aponto para o fato de que esta pesquisa tende a tornar-se, por sua própria natureza, cada vez mais abstrata e remota, nos seus detalhes, da vida prática. A despeito desta defesa da pesquisa de base, entretanto, eu também reconheço e compartilho a posição daqueles que acham que êsse tipo de pesquisa deve tornar-se mais sensível às crises de nossos dias. Será isto uma concessão admitindo que os problemas substantivos são o critério a usar na escolha de assuntos de pesquisa? Se a resposta é afirmativa, estarei ainda mantendo uma posição compatível com as idéias de *The Political System?* Poderá esta preocupação com problemas atuais desviar a atenção e levar ao abandono da pesquisa de base? A pesquisa de base é capaz de reter sua sensibilidade aos critérios puramente científicos e ao mesmo tempo tratar dos problemas da atualidade? Em poucas palavras, pode a pesquisa de base, em ciência política, manter simultâneamente sua relevância social e sua relevância científica?

A crítica da pesquisa de base pode ser apresentada em têrmos ainda mais severos do que os que usei em meu discurso presidencial. Conforme alguns pós-behavioristas, a preocupação com a competência técnica, a quantificação e a verificação de generalizações levou a uma perversão da política. A quantificação requer uma reformulação dos eventos políticos, diferente do senso-comum. Na procura de unidades mensuráveis para a análise, a ciência é levada a abstrações nas quais mal se podem reconhecer os fenômenos ditos políticos. Fazendo face, nos Estados Unidos, com uma guerra desastrosa do Vietnã, crianças que morrem de fome, negros em fúria, brancos amedrontados, vigilantes em pé de guerra, três grandes assassintos políticos em cinco anos, revoltas de estudantes, e rumôres de guerrilhas, o estudioso de política contempla calma-

mente diferentes métodos de análise compreendendo conceitos aparentemente remotos como sistemas, funções, cultura, jogos, simulações, modelos e coalizões. Não é de admirar, lamenta-se o pós-behaviorista, que alguns estudiosos rememoram com nostalgia os tempos antigos, com sua saborosa linguagem e ação da política prática, mesmo se a sabedoria popular é mais folclore do que fato, mais adivinhação do que probabilidade. A ciência, dizem, com sua mania pela pesquisa de base, foi levada a tudo medir, a medição levou à abstração, e a abstração levou ao desaparecimento quase total da política, como atividade reconhecível, do seio da disciplina.

A relação entre a pesquisa de base e os problemas imediatos constitui uma questão complexa para a qual não há resposta simples, mesmo se aqui só seja possível tentar uma resposta simples. Em todo caso, é o seguinte o raciocínio de meu discurso.

Inicialmente, uma qualidade do conhecimento de base é evidente: a longo prazo, êle propicia a máxima relevância da ciência à prática. Os conhecimentos adquiridos sòmente com vistas aos problemas atuais tornam-se caducos no dia seguinte, pois os problemas mudam. Por outro lado, os conhecimentos generalizados, de base, são mais duradouros, quando mais não seja porque são adaptáveis à compreensão de uma gama muito mais larga de fenômenos específicos e cambiantes. Pôsto que a teoria é a ciência de base em sua forma mais generalizada, esta flexibilidade de aplicação atesta a relevância social da pesquisa de base.

Esta proposição geral sôbre a função da teoria, no entanto, na realidade não responde à pergunta que se fêz. A longo prazo, a teoria pode talvez funcionar assim. Mas estamos hoje muito longe de uma teoria geral. Tudo que se apresenta como teoria política não passa, em realidade, de passos minúsculos na direção de uma teoria geral. Consiste em grande parte da formulação de arcabouços de análise teórica, de estruturas conceituais, e não de proposições integradas versando sôbre relações entre variáveis. Não sòmente estamos em uma

etapa muito primitiva da formulação de teorias, mas ainda mesmo dentro dêsses limites não houve um paradigma que fôsse geralmente aceito pela disciplina. As formulações da análise de sistemas são muito comuns, mas não são um paradigma. A escolha de orientação (*approach*) teórica ainda é uma questão de gôsto, sintoma característico de uma ciência imatura.

Se a escolha de orientação continua indeterminada, êste fato nos dá a ocasião de importar outros critérios para a avaliação dos diversos métodos de análise. Por causa da urgência com que devemos solucionar as crises extraordinárias do dia atual, não parece artificial indagarmos sôbre o potencial relativo de qualquer orientação teórica como instrumento de resolução de problemas sociais. Pode-se, portanto, verificar cada tipo de análise teórica através de sua relação imediata com o mundo real da política. Ficando constantes os outros fatôres tais como o critério científico, haveria bastante mérito na seleção de análises teóricas desta forma.

Os outros fatôres são raramente constantes, no entanto, e êste pode ser um teste injusto. A única solução a esta questão é que enquanto o próprio critério científico fôr indeterminado, haverá pouco motivo para excluir a relevância social como critério suplementar. Assim, aquêles que lamentam a omissão da disciplina, relativamente aos problemas vitais atuais, têm a oportunidade, mesmo dentro de um arcabouço científico, de selecionar os esforços teóricos que lhes pareçam mais direta e fàcilmente relacionados com tais problemas.

Entre as orientações teóricas, portanto, podemos escolher aquela que demonstra maior potencial de aplicação, que formula as questões mais penetrantes, ou que dirige a atenção para os assuntos mais práticos. Assim teremos um critério prático para acompanhar nossos critérios científicos e lógicos preexistentes. Desta forma, podemos continuar fiéis à ciência e, ao mesmo tempo adaptar nossa pesquisa de base às necessidades do momento. Foram essencialmente, essas as idéias que tive em mente em meu discurso presidencial, quando de-

fendi a necessidade de tornar até a pesquisa de base mais relevante às questões sociais.

Há sempre o perigo de que, ao aplicar um critério auxiliar como recomendo acima, possa-se negligenciar um instrumento analítico poderoso simplesmente porque no momento, em suas formulações iniciais, o seu potencial prático não ficou muito aparente. Êste é um risco inevitável. Mas a razão fundamental de meu argumento é a condição da humanidade hoje, não amanhã. Em meu discurso, achei plausível o argumento de que sem um senso de urgência hoje nós talvez não tenhamos um amanhã no qual possamos desenvolver e aplicar as teorias que hoje nos parecem menos relevantes. Se não tivermos êste senso de urgência, então o risco é negligível, e poderemos continuar a usar nosso critério científico exclusivamente na escolha de uma teoria adequada. Mas, se crermos que há uma probabilidade maior do que a de mero acaso de que estejamos em uma encruzilhada da qual depende a sobrevivência da raça humana, então talvez queiramos enfrentar o risco e colocar nossa confiança na teoria que demonstre maior potencial para a solução de problemas práticos.

Sem tentar avaliar as diversas orientações teóricas como a teoria de jogos, a análise funcional, os modelos econômicos e a teoria do poder, posso brevemente ilustrar o teste de relevância social com referência a uma orientação teórica que me é familiar, a análise de sistemas. É um teste útil, pois a teoria, em sua apresentação formal, parece de fato afastada da realidade.

Minhas idéias relativamente a uma orientação analítica de sistemas começaram a delinear-se no fim da década dos quarenta. Uma indicação delas apareceu em *The Political System,* mas a primeira apresentação completa foi escrita durante T955 e apareceu sob o título An Approach to the Analysis of Political System. [4] Nesse trabalho, talvez pela primeira vez na história da ciência política, foi possível obter uma concei-

[4] *9 World Politics* (1957), 883-400.

tuação simples para ajudar a compreender a extensão da nossa disciplina da maneira mais geral. Nêle esbocei a vida política de forma simplificada, como uma caixa preta com *inputs*, *outputs* e *feedback*. Desde então, a ciência política e os estudiosos de disciplinas afins contribuíram com muitas transformações ao diagrama. É-me grato ver como abundam as concepções analíticas de sistemas, sob uma forma ou outra.

Nada parecerá mais afastado da vida política, com sua variedades, do que um quadrado com flechas indicando entradas (*inputs*) de reivindicações sociais (*demands*) e apoio político (*supports*), sua conversão em saídas (*outputs*) de decisões da autoridade, e reentradas (*feedback*) representando a importância das conseqüências de saídas anteriores para a série seguinte de entradas. A despeito de ser abstrato e geral, e a despeito de ter sido construído com rigor científico, êste tipo de análise de sistemas possui relevância direta na compreensão de fenômenos políticos atuais, empíricos. Isto não é um resultado acidental. É assim porque a teoria é adequada. Kant ensinou que uma coisa não pode ser verdadeira em teoria sem ser verdadeira na prática. Podemos parafrasear o dito kantiano dizendo que uma teoria não pode ser verdadeira na ciência sem ser relevante para a sociedade, como quer que definamos a verdade. O teste da relevância científica não está assim tão afastado do teste da relevância social. Uma teoria que não pudesse suportar as duas provas teria de ser examinada com desconfiança.

A análise de sistemas facilita a pesquisa sôbre questões práticas. Com efeito, ela interpreta um sistema político como um arranjo social para a ação coletiva. Ela deve portanto chamar atenção para os problemas que os membros de um sistema identificam (reivindicações ou *demands*) ou deixam de identificar, para as decisões adotadas conforme o objetivo (saídas ou *outputs*), para os tipos de ação implementando os objetivos (resultados ou *outcomes*), e para o apoio (*support*) existente dentro do sistema para a ação coletiva. Definimos o sistema político como uma forma de comportamento organi-

zada que tem objetivos. Esta orientação teórica concentra a atenção sôbre as razões por que alguns objetivos são escolhidos para ação enquanto que outros são negligenciados ou rejeitados, por que alguns tipos de ação são escolhidos em vez de outros, e quais são suas conseqüências para a satisfação das necessidades dos membros do sistema. Portanto, justamente porque a matéria-prima com a qual funciona o sistema político é constituída de problemas, a análise de sistema tinha que possuir uma orientação eminentemente prática.

Por exemplo, a análise de sistemas sugere que se investigue no começo a presença ou não de reivindicações (*demands*) relativas às questões críticas da atualidade,[5] Quem formulou essas demandas, se é que foram formuladas? Quais são os tipos de necessidades que dão origem às exigências formuladas? Por que foram essas reivindicações tão lentas em aparecer durante os últimos vinte anos, época em que as crises presentes se estavam formulando? Por que certos membros do sistema, que poderiam tê-las feito, não as fizeram? Por exemplo, por que os pobres são tão apáticos quanto às próprias necessidades? Mesmo quando os pobres ou outros em seu nome chegaram a formular reivindicações, quais foram as circunstâncias que levaram ao desvio ou à negligência de sua satisfação? E daqui somos levados a uma questão muito maior: quais são as condições que tendem a afastar da agenda política certas necessidades vitais do sistema, mesmo quando em retrospecto não se pode negar sua importância? Quem controla aquilo que já foi batizado de *esfera da não-decisão,* como por exemplo a poluição do meio ambiente, a desintegração urbana, a fome em meio à abundância, e a explosão demográfica?

Em poucas palavras, a orientação sistêmico-analítica alerta-nos à busca de um entendimento das razões por que certas necessidades, que com o correr do tempo se revelam cruciais para a sociedade, muitas vêzes nem chegam a ser formuladas

[5] Minha teoria completa está publicada em *A Framework for Political Analysis* (Englewood Cliffs, Pretice-Hall, 1965 e *A Systems Analysis of Political Life,* Nova Iorque, Wiley, 1965.

como reivindicações, ou se o são, não chegam a atingir a forma de questões políticas viáveis. Essa orientação realça a questão prática do contrôle da pauta dos assuntos a debater dentro do sistema político, e dos efeitos dêste contrôle sôbre a satisfação de necessidades, expressas ou não. Do lado da entrada de reivindicações (*demand input*), êste arcabouço de análise é relevante tanto quanto o estudioso o desejar. No entanto, se por razões históricas a ciência política preferir continuar a investigar problemas que não põem em dúvida o sistema vigente, então certamente as questões substantivas terão pouco interêsse. Mas se, ao contrário, nossa disciplina preferir apontar as deficiências graves do funcionamento do sistema, os conceitos fornecidos pela orientação sistêmico-analítica, fundamental como ela é, constituirão instrumentos úteis para a investigação das causas dessas deficiências.

O que se aplica aos *inputs* aplica-se também às saídas (*outputs*). Tradicionalmente, a ciência política sempre tentou investigar como são produzidas as saídas: as contribuições do executivo, do legislativo e das repartições administrativas, e as relações de seu comportamento com os grupos de pressão, a opinião pública, e assim por diante. A despeito dos imensos esforços de pesquisa nesta esfera, os processos de conversão de entradas em saída (*de inputs* em *outputs*) ainda são pouco conhecidos. Possuímos grande conhecimento de como funcionam os participantes do processo, mas possuímos pouca compreensão do conjunto. A análise de sistemas sugere que interpretemos os *outputs* como um gigantesco processo de conversão no qual as demandas podem ou não ser transformadas em saídas. Necessitamos de teoria parcial, para identificar os fatôres que entram em jôgo e apontar suas relações recíprocas na produção de um *output*. Aponta-se assim, de maneira sistemática, para um ponto de contrôle crítico na determinação daquilo que o sistema faz com as exigências que apresentam, isto é, na determinação de como o sistema funciona na sua qualidade de estrutura para a satisfação de exigências e necessidades.

Também mencionei que precisamos distingüir entre saídas (*outputs*) e resultados (*outcomes*). Se não, teremos grande dificuldade em compreender o impacto das alocações feitas pela autoridade, assim como seu efeito reativo sôbre os membros do sistema. Lá pelo fim da década dos sessenta, ficou claro que devemos distingüir entre as decisões da autoridade e seus efeitos sociais. O caminho do desastre pode estar coberto com as melhores intenções. As leis (alocações feitas pela autoridade) adotadas com o fim de reduzir a pobreza, diminuir a poluição, ou aliviar tensões raciais podem até vir a agravar a situação que pretendem corrigir.

A preocupação recente com a elaboração de indicadores sociais para aliviar com maior confiança os efeitos ds decisões da autoridade visando a produzir transformações sociais — sôbre o crime, a pobreza, a segurança, a apatia política, a saúde pública, e assim por diante — representa um primeiro passo na distinção formal entre saídas (*outputs*), isto é, as leis, e resultados (*outcomes*), isto é, seus efeitos sociais. Com séries cronológicas bem feitas, medindo as diversas condições sociais, será possível explorar a associação entre *outputs* variáveis e estados específicos da sociedade em esferas determinada, como por exemplo aquelas mencionadas acima. Esta distinção entre resultados e saídas sugere, portanto, meios de investigar algumas das origens políticas do descontentamento atual e das crises que e acumulam.

A análise de sistemas também nos convida a avaliar os efeitos políticos da exclusão de certas reivindicações formuladas e das necessidades correlatas; da frustração de outras; ou do êrro na avaliação das conseqüências de certos *outputs* para a satisfação de exigências ou de necessidades não articuladas. Êstes efeitos de reentrada (*feedback*) podem ser estudados com relação às entradas de apoio aos vários componentes do sistema político: autoridades, regime e comunidade política. Êste tipo de pesquisa revelaria, em grande parte, as origens do declínio atual da autoridade política nos Estados Unidos e as causas das condições que provocam pressões

em favor de transformações fundamentais. Conforme já ficou evidente nos anos setenta, só o efeito cumulativo de indiferença quanto às necessidades dos pobres, dos negros e de outros grupos raciais já criou uma tal onda de descontentamento que levou o sistema ao limiar da violência. Junto a certas decisões de política externa, a insuficiência ou ausência de decisões nas esferas mencionadas erodiu, ao correr dos anos, os *inputs* de apoio às autoridades e ao regime, especialmente o apoio que vinha dos negros e outras minorias raciais, dos estudantes, dos pobres e até mesmo de grande parte da classe média. Um estudo rigoroso dos efeitos de reentrada revelaria algumas das mais importantes fontes de descontentamento.

Estas são apenas algumas das questões sociais imediatas que uma orientação sistêmico-analítica sublinha. Elas indicam que êste gênero de análise de um sistema político, por formal que pareça, não é avêssa à identificação do que intuitivamente reconhecemos como as grandes questões que confrontam hoje a sociedade.

Embora a qualidade de um arcabouço conceitual (como primeiro passo na formulação de teoria) não possa pròpriamente repousar sòmente sôbre sua relevância social, não parece ser uma circunstância infeliz o fato de que tal conjunto de conceitos resulte em um enfoque de variáveis que ajudam na compreensão das causas dos problemas atuais. Se a teoria fôr cientìficamente adequada, isto é compensação suficiente. A pesquisa de base significa precisamente isto: pesquisa sem pensar na sua eventual utilidade. Podemos esperar que um dia surja sua aplicação prática. Mas se a teoria já de início vai mais além e possui aplicações imediatas, isso constitui um dividendo que não se deve ignorar.

Com efeito, é êste um objetivo que poderíamos procurar alcançar ainda hoje: buscar teorias puras que se conformem aos critérios de relevância científica e que ao mesmo tempo também apresentem um alto nível de utilidade social imediata. A análise de sistemas ilustra a possibilidade de procurar ori-

entações teóricas que tenham um significado nas duas esferas, qualquer que seja nosso julgamento em cada uma. Foi tendo em mente êste papel duplo para a teoria que em meu discurso presidencial achei que seria realista argüir em favor de mais pesquisa de base relevante.

É óbvio que as diferenças entre *The Political System* e The New Revolution in Political Science não residem nas premissas básicas relativas à utilidade de método científico ou à integridade da ciência política como disciplina. Em ambos os trabalhos apresento a ciência do comportamento e suas premissas metodológicas como fatôres essenciais para um melhor entendimento dos sistemas políticos. Mas desde a publicação de *The Political System,* as circunstâncias sociais mudaram radicalmente. Estas transformações exigiram uma reconsideração da natureza das tarefas imediatas que confrontam nossa disciplina. Em 1953 o desafio era a aceitação de uma metodologia rigorosa que pudesse produzir conhecimentos intersubjetivamente válidos. Hoje, a necessidade de tal coisa não é contestada, a não ser por poucos. Parece-me que a conjuntura atual exige agora que consagremos nossos esforços à aplicação de todo conhecimento aos problemas mais importantes. Isto não significa que abandonaremos nossa busca de conhecimentos de base, ou que recuaremos nêle. Significa, sim, que devemos efetuar um reordenamento de nossas prioridades. E impõe-se-nos a obrigação de expandir muito os recursos que consagramos à resolução de problemas correntes.

Numa perspectiva mais ampla, as tarefas que nos fazem face servem para lembrar-nos que a ciência jamais deve transformar-se em um fantasma do passado que vem entravar o presente. A ciência deve ser um conjunto de idéias vivas e adaptáveis às necessidades do momento pela reordenação de suas prioridades. Ela deve também permanecer fiel a seus objetivos de aumentar os nossos conhecimentos sôbre o homem e a sociedade. Não estamos face a uma questão de ciência nova, mas de uma estratégia contemporânea para a ciência.